

INFERÊNCIA, SUBSTITUIÇÃO E ANÁFORA

INFERENCE, SUBSTITUTION, AND ANAPHORA*

MARCELO MASSON MAROLDI**
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

Resumo: Este artigo introduz as principais ideias da semântica inferencialista de três níveis proposta por Robert Brandom, apresentando-a segundo os conceitos de inferência, substituição e anáfora, relativos a cada nível da análise. Inicia-se discutindo o nível sentencial (nível 1) e em seguida mostram-se as principais razões para analisar os níveis semânticos subsentenciais (níveis 2 e 3) da linguagem.

Palavras-chave:Semântica; Inferencialismo; Brandom; Linguagem.

Abstract:The present paper introduces the main ideas of Robert Brandom's three levels inferentialist semantics, presenting it according to the concepts of inference, substitution, and anaphora for each level. It starts by discussing the sentential level (level 1) and then presents the main reasons to analyze the subsentential semantic levels (levels 2 and 3) of the language.

Keywords:Semantics; Inferentialism; Brandom; Language.

* Artigo recebido em 13/12/2015 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 26/12/2015.

** Doutorando em Filosofia pela Universidade São Paulo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7437708526313169>. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: maroldi@gmail.com.

1. A semântica de termos sentenciais: inferência

O inferencialismo propõe explicar o conteúdo semântico da linguagem (de fato, todo o conteúdo intencional) em termos do papel *inferencial* que as sentenças desempenham no raciocínio do sujeito. Segundo Brandom, variações desta ideia foram desenvolvidas por autores modernos como Spinoza, Leibniz e Hegel, e retomada por Frege em seus escritos de juventude. Contemporaneamente, além do próprio Brandom, o inferencialismo foi proposto por Sellars e Dummett, especialmente.

A semântica inferencial de Brandom (1993, 1994, 2000), que propomos introduzir neste artigo, não pode ser separada da concepção de racionalidade que defende que ser racional é participar de um "jogo de dar e pedir por razões", ideia que percorre toda a obra de Sellars e é especialmente discutida em *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Uma criatura racional, segundo Sellars, responde a um estímulo classificando-o e posicionando-o em uma estrutura conceitual, na forma linguística, que se articula a partir de relações de implicação e incompatibilidade entre seus constituintes. Assim, compreender uma razão é compreender a sua participação na rede de relações possíveis na estrutura linguística em que aquela razão está inserida; em outras palavras, compreender uma razão exige o domínio do papel ou da função desempenhado por esta razão na estrutura cognitiva (conceitual, linguística) do sujeito. E este papel é definido pelo modo como a razão ou o conteúdo participa como uma premissa ou como uma conclusão em inferências. Possuir um conteúdo semântico ou uma razão, portanto, é ser capaz de dominar um conjunto de inferências possíveis que se pode fazer com uma sentença da linguagem, participar de um jogo linguístico em que as jogadas são as transições consideradas válidas para cada sentença. Assim, o conteúdo de uma sentença qualquer, como "O carro é preto", depende do conjunto de inferências aceitas como corretas ou válidas, pela comunidade linguística, e que se pode inferir com tal sentença – neste caso, "O carro é preto, portanto, o carro é não azul", "O carro é preto, portanto, o carro é colorido" e assim por diante.

Porém, o conteúdo de uma sentença não provém somente da validade de inferências *formais*, ou seja, o entendimento de uma sentença não depende exclusivamente da articulação puramente lógica dos argumentos que a envolvem. Em *Inference and Meaning*, Sellars se empenhou em mostrar a indispensabilidade das inferências *materiais* para a compreensão adequada de qualquer teoria semântica inferencialista. Ele menciona "Today is Wednesday, tomorrow will be Thursday" e "Lightning is seen now, thunder will be heard soon" como exemplos de inferências

que são garantidas por princípios materiais (não formais). A aceitação do uso de tais princípios decorre da tese de que muitas das regras que regulam os papéis que as sentenças podem desempenhar na estrutura linguística não são extraídas de princípios lógicos, mas provém de usos práticos extraídos de comunidades linguísticas reais que as reconhecem como usos válidos e corretos. Portanto, certas relações entre conceitos são aceitas por usuários de uma linguagem em função dos próprios conceitos, e não devido a sua forma lógica. As inferências materiais, deste modo, implicam em um conjunto de relações ou regras estabelecidas pela própria linguagem pública; e somente com estas relações não formais o potencial expressivo de uma linguagem se amplia. A conclusão de Sellars é que uma linguagem depende tanto de regras formais como de regras materiais: "[inferências materiais] are as *essential to meaning* (and hence to language and thought) as formal rules, contributing the architectural detail of its structure within the flying but stresses of logical form" (SELLARS, 2007, p. 7).

Sendo assim, a tese inferencialista central é a defesa de que uma linguagem, com suas regras de transições formais e materiais entre sentenças, tem significado não por que palavras e sentenças representam objetos ou estados de coisas, e sim porque as sentenças adquirem *usos* quando participam de inferências consideradas permitidas na linguagem em que são utilizadas. O significado de uma sentença emerge do conjunto total de inferências em que aquela sentença participa em uma linguagem – conseqüentemente, ser capaz de usar uma linguagem é dominar as transições inferenciais lógicas e extralógicas que envolvem os conteúdos expressos por sentenças. Cumpre notar que o endosso de inferências materiais e formais é uma habilidade *adquirida*, a capacidade de aprender a dominar relações que são estabelecidas na própria linguagem, como uma espécie de *know-how* prático e frequentemente implícito. São os usos das sentenças, tais como usados pela comunidade linguística em que se cresce e vive, que determinam os papéis que estas sentenças podem assumir na prática linguística, e determinam, assim, seu significado. Portanto, o inferencialismo é uma versão da teoria da significação como *uso*, mas um uso especificamente entendido como uma articulação *inferencial* na qual se respeita as relações entre as *sentenças da linguagem*.

De uma maneira geral, Brandom assume para sua Filosofia este funcionalismo inferencial apresentado por Sellars. Entretanto, estes autores discordam em relação às inferências chamadas materiais. Sellars defende que as inferências devam ser aceitas somente se envolverem relações *necessárias* entre os conceitos participantes (ou seja, relações contingentes não contribuem para a significação; cf. SELLARS, 2007, p. 21). Brandom considera errado invocar esta distinção como

se fosse um axioma a ser respeitado. O inferencialista, ele propõe, deve começar com as relações existentes entre as sentenças da linguagem e só então mostrar como estas se instituíram (mostrar quais as inferências que foram consideradas válidas); o inferencialista não pode pressupor ou exigir que cumpram um pré-requisito de necessidade. Em virtude desta premissa, Brandom aceita as relações conceituais puramente acidentais: todas as transições sentenciais justificáveis são inferências válidas e, desta maneira, constitutivas do conteúdo semântico.

A segunda fonte importante de ideias para o inferencialismo de Brandom provém do filósofo Dummett. Como uma generalização da tese do matemático alemão Gentzen, a de que os conectivos lógicos são controlados por regras de introdução e de eliminação¹, Dummett propõe que os conteúdos de inferências são estabelecidos por *condições suficientes* e por *consequências necessárias* para o emprego destes termos. Ou seja, Dummett estende a sugestão de Gentzen em direção ao tratamento da linguagem em geral (incluindo os termos subsentenciais) especificando os dois tipos de regras como dois usos: as regras que definem as condições suficientes para justificar um termo e as regras que correspondem às suas consequências necessárias. Assim, um termo linguístico tem um conteúdo quando desempenha um papel funcional especificado segundo as condições e as consequências de seu uso, papel este que está implícito nas regras *inferenciais* que o governam. Para Brandom, Dummett também faz um movimento em favor das inferências *materiais*.

Though Dummett does not put the point this way, this model connects to inferentialism of the Sellarsian sort via the principle that part of the content to which one is committed by using the concept or expression may be represented by the material inference one implicitly endorses by such use: the inference from the circumstances of appropriate employment to the appropriate consequences of such employment (BRANDOM, 1994, p. 117; cf. também BRANDOM, 2002, p. 75).

Isso quer dizer, no entendimento de Brandom, que o uso de uma sentença exige um saber prático e implícito que envolve o direito à declaração da sentença e o dever ao que dela se segue,

¹Brandom apresenta assim a tese de Gentzen: "So, to define the inferential role of an expression '&' of Boolean conjunction, one specifies that anyone who is committed to p , and committed to q , is thereby to count also as committed to $p&q$, and that everyone who is committed to $p&q$ is thereby committed both to p and q . The first schema specifies, by means of expressions that do not contain the connective, the *circumstances* under which one is committed to claims expressed by sentences that contains (as principal connective) the connective whose inferential role is being defined, that is, the set of premises that entail them. The second schema specifies, by means of expressions that do not contain the connective, the *consequences* of being committed to claims expressed by sentences that contains (as principal connective) the connective whose inferential role is being defined, that is, the sets of consequences that they entail" (BRANDOM, 1994, p. 118).

e este saber é o reconhecimento de relações estabelecidas segundo princípios materiais de inferência.

Sobretudo a partir destas noções gerais de Sellars e Dummett, Brandom propõe uma semântica inferencial que envolve três comprometimentos teóricos principais. Em primeiro lugar, a aceitação de que todo conteúdo semântico deve ser entendido em termos do papel inferencial desempenhando por sentenças no raciocínio do sujeito. Em segundo lugar, defender que a capacidade de dominar as transições entre os conteúdos linguísticos não é um cálculo lógico, mas é uma habilidade que envolve dominar as inferências consideradas válidas segundo os próprios conteúdos envolvidos em tais inferências. E em terceiro lugar, que a articulação dos compromissos assumidos pelo agente linguístico ao executar uma inferência formal ou material é, em geral, um compromisso implícito e uma espécie de habilidade prática. Estas ideias se juntam a uma tese fundamental para o próprio Brandom, *a de que a articulação do conteúdo semântico não é separável do processo prático de instituição deste mesmo conteúdo*. Ou seja, a prática linguística e os conteúdos intencionais não são independentes (ou, como expressa um dos lemas preferidos de Brandom: "Semantics must answer to pragmatics", BRANDOM, 1994, p. 83). Portanto, o modo como certas expressões são usadas na prática linguística permite que seus participantes adquiram conteúdos (de estados mentais e linguísticos) semânticos. Isso significa que uma teoria do uso de sentenças deve ser descrita a partir dos posicionamentos práticos que são assumidos por participantes frente ao uso destas sentenças em práticas linguísticas, usos estes que explicam o funcionamento e a articulação inferencial destas mesmas sentenças. Consequentemente, sentenças não são inteligíveis separadamente do uso inferencial que delas se faz em conversações. A partir disso, Brandom propõe um modelo de uma prática linguística que respeita estes compromissos teóricos, na qual o uso de sentenças inferencialmente articuladas institui o conteúdo destas mesmas sentenças, uma espécie de jogo inferencial realizado por meio de asserções, e que Brandom denomina *scorekeeping*². As normas práticas (os usos) que regem este jogo determinam as inferências que são tomadas como "corretas" ou "adequadas" naquele jogo de linguagem específico.

Expressions come to mean what they mean by being used as they are in practice, and intentional attitudes have the contents they do in virtue of the role they play in the behavioral economy of those to whom they are attributed. Content is understood in terms of proprieties of inference, and those are understood in terms of the norm-instituting

²Maroldi (2014) oferece uma descrição da prática assertiva de Brandom e sua relação com o conceito de racionalidade.

attitudes of taking or treating moves as appropriate or inappropriate in practice. A theoretical route is accordingly made available from what people do to what they mean, from their practice to the contents of their states and expressions. In this way a suitable pragmatic theory can ground an inferential semantic theory; its explanations of what it is in practice to treat inferences as correct are what ultimately license appeal to material proprieties of inference, which can then function as semantic primitive (BRANDOM, 1994, p. 134).

Portanto, o *scorekeeping* é um jogo prático, racional e linguístico, ficcional, que visa explicar o conteúdo semântico a partir dos papéis funcionais que sentenças, na forma particular de asserções, desempenham na linguagem e no sistema conceitual de seus jogadores. Neste jogo, o conteúdo sentencial deve ser entendido em termos de sua articulação inferencial e a articulação inferencial deve ser entendida a partir das atitudes sociais dos usuários da linguagem, que instituem as relações (normas ou compromissos) conceituais da linguagem ao tratarem certas jogadas como corretas ou incorretas.

Brandom considera que as sentenças, no *scorekeeping*, se articulam de três modos, que ilustram a articulação inferencial de conteúdo: (1) as relações que preservam os compromissos adquiridos pelo sujeito que produz a asserção, (2) as relações que preservam os direitos assumidos ao asserir e as (3) incompatibilidades entre sentenças. As relações do tipo (1) preservam os compromissos conceituais assumidos, como uma "herança de compromissos", ou seja, adquire-se um compromisso pela aceitação prévia de outro. Na inferência "São Paulo é maior que Salvador, então, Salvador é menor que São Paulo", o compromisso está sendo preservado, pois alguém comprometido com o uso de "maior" deve estar comprometido com o uso de "menor". O segundo tipo de relação pode ser visto como uma "herança de direitos". Alguém autorizado a uma sentença tem como consequência o direito à outra sentença; por exemplo, esta relação aparece em "O céu está carregado de nuvens negras, portanto, irá chover", pois se alguém está autorizado a afirmar que "O céu está carregado de nuvens" (digamos, olhando para o céu), tem também o direito de afirmar "Irá chover" (mesmo que isso eventualmente não ocorra ele estará justificado). A relação do tipo (3) é a incompatibilidade, quando o compromisso com uma sentença impede o direito à outra sentença. Suponha, como exemplo, dois conteúdos X e Y inconciliáveis. Se alguém se compromete com X, precisa se comprometer com não-Y; assim, caso alguém declare que "Descartes era francês", deverá se comprometer com uma série de outras sentenças, entre elas a sentença "Descartes não era brasileiro". Assim, a incompatibilidade é relação que também preserva o direito: se alguém está

comprometido com o conteúdo X, tem o direito de não estar comprometido com o conteúdo Y. Estes três tipos de relações entre sentenças formam a base da explicação técnica do *scorekeeping*, como um jogo prático de dar e pedir por razões que se expressam por meio de asserções e que instituem ou definem o conteúdo semântico. Como nota-se prontamente, o *scorekeeping* trata somente com proposições, isto é, ele trata da explicação do significado de sentenças de uma linguagem; porém, a análise inferencialista não se encerra neste nível sentencial da análise do significado, como veremos a seguir.

2. A semântica de termos subsentenciais: substituição e anáfora

Até este momento, discutimos o conteúdo semântico sempre em sua forma proposicional, ou seja, como um conteúdo que pode servir como premissa ou conclusão em uma inferência. Tratar do conteúdo de sentenças é o *primeiro nível* da estrutura semântica inferencialista ISA (Inferência, Substituição e Anáfora) de Brandom. Entretanto, há categorias linguísticas que possuem conteúdo e, não sendo sentenças, não podem ser explicadas deste mesmo modo – não é possível inferir diretamente com termos singulares, por exemplo. Assim, a semântica inferencialista precisa ampliar a sua análise de modo a envolver os níveis subsentenciais de significado da linguagem.

Ora, se a prática linguística é construída sobre o uso de asserções, por que oferecer uma semântica de termos não sentenciais? Isto é, se o *scorekeeping* é um jogo de produção e consumo de sentenças, sem a necessidade da compreensão semântica de suas partes, por que descer de nível?

Ao fazer isso, Brandom busca solucionar duas das questões fundamentais que desafiam qualquer teoria da linguagem. O principal problema semântico que a introdução da análise subsentencial visa resolver é o da produção de novas sentenças, a capacidade de explicar o potencial infinito de sentenças inéditas que um usuário da linguagem pode produzir e consumir. O segundo problema que o inferencialismo precisa resolver é explicar como termos distintos podem ter o mesmo conteúdo (como em "José é advogado" e "Ele [apontando para José] é advogado") e como termos idênticos podem ter conteúdos diferentes ("Não gosto desta *manga*", a fruta ou parte do vestuário, dependendo do contexto). Evidentemente, uma abordagem genuinamente inferencialista, como a discutida aqui, não pode contar com uma explicação não inferencial para estas duas questões. Portanto, é preciso conciliar a prioridade da semântica

sentencial com as demandas acima e a constatação óbvia de que partículas sentenciais podem ter significados, e que estes significados precisam ser alinhados à estratégia inferencial. Brandom resolve estas dificuldades recorrendo às noções de "substituição" e de "anáfora".

2.1 Substituição

Segundo Brandom, a análise inferencialista começa com a "força pragmática" que a asserção tem de alterar a conversação, mudando as relações conceituais que os participantes assumem e atribuem uns aos outros; assim, consolida-se a primazia da sentença sobre quaisquer de suas partes. Sem sentenças não há prática genuinamente linguística, pois sentenças são essenciais para alterar os compromissos conceituais assumidos pelos participantes. Termos subsentenciais não têm esta força (palavras isoladas não alteram a tomada e a atribuição de conteúdos por parte dos interlocutores) e, conseqüentemente, eles não têm o mesmo tipo de conteúdo que as sentenças têm. Contudo, mesmo sem desempenhar um papel direto na prática de dar e pedir por razões, o que são expressões subsentenciais e por que elas existem? Quais requisitos de uso determinam o conteúdo de um termo subsentencial?

Brandom considera que a primeira parte de sua explicação sobre termos subsentenciais é inspirada no jovem Frege, que teria adotado uma análise para o conteúdo de tais termos propondo o conceito de "substituição": "A pair of sentences may be said to have the same pragmatic potential if across the whole variety of possible contexts their utterances would be speech acts with the same pragmatic significant (Fregean force)" (BRANDOM, 1994. p. 129). A ideia é a de que a maneira como as sentenças se relacionam umas com as outras não é alterado por substituições equivalentes. Assim, duas subexpressões com o mesmo conteúdo, se intercambiadas, devem preservar a validade das inferências em que elas participam – dito de outro modo, *dois termos subsentenciais são equivalentes se a substituição de um pelo outro não altera o potencial inferencial das sentenças nas quais os termos estão sendo substituídos*. Os termos subsentenciais têm um uso na prática linguística, e uma substituição adequada mantém tal uso ao preservar o papel funcional-inferencial das sentenças em que ocorrem tais termos. Assim, considere a inferência abaixo:

"Érico Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*". (1)

A substituição em (1) é válida uma vez que substituir "Érico Veríssimo" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" preserva o potencial inferencial de uma classe de sentenças na forma

"{} é o autor de *O Tempo e o Vento*". Assim, a "inferência de substituição" é obtida aplicando uma substituição em que "Érico Veríssimo" e "O pai de Luis Fernando Veríssimo" são "variantes substitucionais" que preservam a validade da inferência (1). O conjunto de substituições que mantém o potencial inferencial de uma sentença é o que confere às expressões substitutivas seu "papel inferencial indireto". No contexto da prática assertiva proposta por Brandom, isso equivale a dizer que os participantes da linguagem devem adotar "compromissos substitucionais", como o compromisso assumido, por exemplo, em (1). A inferência de substituição é válida se preservar os compromissos assumidos pelo falante na passagem da premissa para a conclusão da inferência – ou, em outras palavras, se os compromissos assumidos na premissa são válidos como compromissos igualmente assumidos na conclusão. Portanto, a inferência (1) é válida porque substituir "Érico Veríssimo" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" preserva a "verdade" de (1), já que os compromissos assumidos em "Érico Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*" são os mesmos compromissos que devem ser assumidos em "O pai de Luis Fernando Veríssimo é o autor de *O Tempo e o Vento*" quando estas sentenças participam de inferências. Agora, porém, considere a seguinte inferência:

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* lecionou literatura brasileira nos EUA' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo lecionou literatura brasileira nos EUA". (2)

Nota-se que as propriedades ou compromissos que governam a substituição de "O autor de *Olhai os Lírios do Campo*" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" também aparecem em inferências como:

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* falava inglês' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo falava inglês". (3)

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* nasceu em Cruz Alta' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo nasceu em Cruz Alta". (4)

"O autor de *Olhai os Lírios do Campo* morreu em Porto Alegre' então 'O pai de Luis Fernando Veríssimo morreu em Porto Alegre". (5)

Portanto, os compromissos assumidos na alteração de "O autor de *Olhai os Lírios do Campo*" por "O pai de Luis Fernando Veríssimo" permitem numerosas inferências de substituição consideradas válidas. Brandom denomina o compromisso do agente linguístico com tais substituições de "compromisso inferencial de substituição material simples" (SMSIC), o compromisso com um conjunto de substituições que captura o papel inferencial *indireto* de um termo subsentencial. Um compromisso SMSIC indica que alguém comprometido com a substituição em (2) deveria estar comprometido com (3), (4) e (5), que são casos particulares de um "esquema geral" de substituição. Portanto, toda expressão subsentencial tem um papel na

constituição do conteúdo sentencial, papel este determinado pelos compromissos SMSIC que o governa. Assim, esta noção de substituição permite redefinir as equivalências semântica e sintática. Dois termos são semanticamente equivalentes se a substituição de um pelo outro não altera o potencial inferencial das sentenças em que ocorrem. Dois termos são sintaticamente equivalentes se sua substituição não faz uma sentença bem formada tornar-se mal formada.

A substituição semântica é o *nível 2* da semântica inferencialista ISA, e permite entender semanticamente "pedaços" de sentenças. Contudo, uma teoria semântica ainda estará incompleta se for incapaz de oferecer uma explicação de certas classes de termos, como dêiticos, demonstrativos e pronomes, para os quais os esquemas de substituição nem sempre são evidentes ou possíveis; é isto que o terceiro nível de análise da estratégia ISA propõe solucionar por meio do conceito da "anáfora".

2.2 Anáfora

Segundo Brandom, a orientação recente da Linguística foca na irredutibilidade da explicação de termos como dêiticos e demonstrativos, além de tratar a "anáfora" como um conceito não essencial. Brandom, porém, defende que a compreensão da anáfora não é uma questão periférica para a análise semântica³. Ele argumenta que os termos subsentenciais só possuem um conteúdo semântico se puderem participar de inferências de substituições, e termos não recorrentes, como os dêiticos, para poderem participar de substituições, precisam ser entendidos a partir de uma recorrência do tipo anafórica.

A anáfora é uma estrutura de recorrência em que a ocorrência de um termo se refere a outro termo antecedente, da qual ele herda o significado – então, na sentença "João está cansado, pois ele foi correr ontem", "João" e "ele" são "dependentes anafóricos". No vocabulário do *scorekeeping*, a "cadeia anafórica" formada pelos dependentes anafóricos deve ser entendida como uma herança de compromissos. Assim, considerar que dois termos formam uma cadeia anafórica é assumir que entre eles há um "compromisso anafórico" ou "compromisso de recorrência", reconhecendo que um deles é anáfora do outro. *E afirmar que um termo é anaforicamente dependente de outro é afirmar que o termo adquire de seu antecedente todos os compromissos*

³Para Brandom, o entendimento dos dêiticos, por exemplo, pressupõe o conceito de "anáfora". Assim, poderia existir uma linguagem com anáforas e sem dêiticos, mas não o contrário – é impossível uma linguagem que contenha demonstrativos, digamos, se ela já não possuir pronomes funcionando como termos anafóricos. Portanto, sem envolver anáforas, os dêiticos não desempenham papéis semânticos. Isso significa que a ocorrência de tais termos depende de recorrência.

substitucionais que passam a governar o seu uso. Assim, na sentença "João está cansado, pois ele foi correr ontem", o autor da sentença assume o compromisso anafórico de ligar "ele" a "João", conferindo a "ele" todos os compromissos que envolvem o uso de "João". Isso permite que "João" e "ele" sejam tratados como termos intercambiáveis e então possam participar de esquemas de substituições. Portanto, o conteúdo de um termo como "ele" se inicia pelo papel anafórico (*terceiro nível* da explicação semântica ISA) que liga o termo a outro, e posteriormente propicia ao termo aparecer em inferências de substituições; por último, pode se chegar a uma análise inferencial de sentenças.

Evidentemente, há casos complexos, por exemplo, quando um usuário da linguagem olha para uma flor que ele jamais viu e anuncia: "Isto é uma flor". O demonstrativo desta sentença é elicitado não inferencialmente como uma resposta ao ambiente que cumpre o papel de *iniciador* da cadeia anafórica, tornando "Isto" disponível para participar de inferências de substituição. "Isto", em "Isto é uma flor", cumpre um "papel inferencial indireto" que permite atribuir a este termo um conteúdo porque ele inicia uma cadeia anafórica e a análise semântica inferencial ascendente; por isso, até mesmo demonstrativos pressupõem, além de suas conexões anafóricas, conexões substitucionais e inferenciais. E por envolver as relações substitucionais e inferenciais, a cadeia anafórica também depende da tomada de compromissos por parte do agente linguístico. Isto é, mesmo as anáforas são constituídas de relações normativas que ocorrem no nível sentencial e substitucional da prática linguística. Portanto, o falante deve reconhecer tais compromissos anafóricos de modo a participar da prática linguística.

É fundamental, contudo, não confundir o compromisso anafórico com o compromisso substitucional. O compromisso anafórico é um compromisso atribuído ao uso de uma recorrência, que indica que dois termos desempenham o mesmo papel ou possuem o mesmo uso. Mas o significado do termo *não* é a anáfora em si mesma, a cadeia anafórica tem significado devido aos compromissos SMSIC que a regem. A anáfora permite que um termo como "Isto" possa ser substituído por outro que envolva, naquele contexto, os mesmos compromissos conceituais. Portanto, o compromisso anafórico não fornece o significado do termo, ele apenas liga um termo a outro, permitindo que o papel deste termo seja herdado de outro termo; mas são as substituições que estabelecem os papéis que o termo cumpre e determinam, assim, sua significação. São os compromissos substitucionais que governam as relações entre termos subsentenciais e lhes confere conteúdo, embora a anáfora seja necessária para explicar termos não repetíveis. Assim, tanto a "substituição" como a "anáfora" são noções igualmente

importantes para o entendimento semântico. Porém, toda a explicação subsentencial requer o conceito de "substituição".

3. Conclusão

Os dois últimos níveis da semântica ISA, relativos aos termos subsenciais, mostram como partes de sentenças (como "Isto", "João" ou "O autor de *Olhai os Lários do Campo*") têm um entendimento semântico dentro da proposta inferencialista que lida com sentenças completas. Uma prática linguística como a de Brandom envolve compromissos inferenciais diretos (compromissos assumidos com conteúdos proposicionais e suas relações com outros conteúdos proposicionais) e compromissos inferenciais indiretos (compromissos substitucionais e anafóricos que permitem que as partes de sentenças possam ser inseridas em inferências). Portanto, a estratégia envolve a *decomposição* de sentenças em partes menores, usando substituições para identificar a significação indireta destas partes, e *recomposição* das partes, formando, assim, novas sentenças a partir do papel semântico indireto das partes identificadas. Na decomposição, as sentenças são desmontadas em partes analisáveis através dos esquemas de substituição considerados válidos. Na recomposição, sentenças são produzidas a partir de substituições que permitem gerar uma família de sentenças consideradas válidas. Assim, o principal objetivo de reconhecer a existência de partes de sentenças é a demanda em criar novas sentenças, que podem, por sua vez, ser transformadas usando variantes substitucionais.

Porém, a articulação semântica direta é sentencial, ou seja, são sentenças que possuem significado nos jogos de linguagem (desde que só elas cumprem um papel no raciocínio do sujeito). Assim, os termos subsenciais podem ser entendidos apenas segundo o papel que eles desempenham em inferenciais de substituição, em virtude do qual pode se afirmar que eles têm um uso. Além disso, dêiticos e outros termos não repetíveis são semanticamente articulados por estarem em relações anafóricas que podem ser envolvidas em esquemas de substituição. Então, os compromissos anafóricos (terceiro nível da estrutura ISA) podem ser entendidos considerando os compromissos substitucionais (segundo nível da estrutura ISA), e estes são entendidos considerando os compromissos inferenciais (nível primeiro e fundamental da estrutura ISA). Em síntese, o inferencialista parte de formas linguísticas (sentenças) que servem como uma premissa ou conclusão de uma inferência e só então explica as partes constituintes destas formas e o que elas significam. A noção de conteúdo subsentencial é derivada da noção

de conteúdo sentencial. Portanto, a semântica inferencialista desmonta as sentenças, sendo uma estratégia *top-down*.⁴ A semântica ISA envolve, ainda, uma forma de *holismo* semântico. No nível de inferências, temos um "holismo inferencial" (dominar o uso de uma sentença é dominar todas as relações inferenciais que a envolvem, ou muitos destes usos, ao menos) e no nível subsentencial temos um "holismo substitucional" (dominar uma subexpressão exige o domínio de todas as subexpressões equivalentes, ou muitas delas, ao menos). Isso significa assumir compromissos com uma estrutura completa de conceitos e suas relações lógicas e extralógicas.

Como vimos, Brandom propõe uma semântica inferencialista descendente de três camadas. Na primeira, entendemos o conteúdo proposicional a partir do papel inferencial que uma sentença desempenha no jogo de dar e pedir por razões, conteúdos no formato de asserções que expressam compromissos do sujeito com o uso de conceitos e de sentenças da linguagem. Na segunda camada, entendemos as expressões subsentenciais como conteúdos inferenciais indiretos explicados segundo as suas contribuições para a definição do papel inferencial das sentenças em que eles ocorrem. As relações neste nível são entendidas a partir de inferências de substituição, que permitem reconhecer diferentes partes de expressões como envolvendo os mesmos compromissos do sujeito. Na terceira camada, termos não repetíveis, como dêiticos, são entendidos como conteúdos inferenciais também indiretos por estarem em relações anafóricas com outros termos que, estes sim, por sua vez, podem ser explicados a partir de compromissos substitucionais (e, conseqüentemente, compromissos inferenciais). Estas ideias são vinculadas a racionalidade, ou seja, Brandom relaciona o inferencialismo semântico com a descrição da prática racional e assertiva que ele propõe. Tendo em vista a semântica ISA, um jogo de dar e pedir por razões, na forma de uma prática assertiva como o *scorekeeping*, deve envolver o reconhecimento e a atribuição de compromissos inferenciais, substitucionais e anafóricos, isto é, o entendimento e a racionalidade envolvem o reconhecimento de três tipos de compromissos ou relações expressos na própria linguagem. Fazer isso é dominar um "compromisso discursivo". O jogo racional, ser capaz de justificar e exigir justificativas para a aplicação de conceitos, é uma espécie de jogo de linguagem em que as jogadas são consideradas "razões" justamente por estarem sustentadas em práticas de uso de conceitos que instituem relações inferenciais; dominar tais relações, identificando sua articulação (suas condições e

⁴Ao contrário de semânticas do tipo *bottom-up*, que iniciam com a explicação semântica de partes de sentenças (como nomes e predicados) e então constrói estruturas maiores, como proposições ou juízos, combinando estas partes.

consequências de aplicação) é dominar a prática racional. Portanto, ser racional é ser capaz de manusear uma estrutura de respostas, diante de experiências internas e externas, que tem sua garantia e validade na própria coerência inferencial da estrutura, em suas relações de consequência, incompatibilidade etc., e que devem assim ser assumidas pelo sujeito.

Referências Bibliográficas

BRANDON, ROBERT. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

_____. *Making it Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

_____. The social anatomy of inference. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 53 No. 3, pp. 661-666, September 1993.

DUMMETT, MICHAEL. *Frege: Philosophy of Language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.

MAROLDI, MARCELO M. Asserção, Inferência e Razão. *Griot – Revista de Filosofia* v. 9, n.1, junho, 2014.

SELLARS, WILFRID. Empiricism and the Philosophy of Mind. In: *Science, Perception and Reality*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.

_____. Inference and Meaning. *Mind*, New Series, Vol. 62, No. 247, pp. 313-338, Jul., 1953.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



MAROLDI, M. M. Inferência, substituição e anáfora. *Synesis*, v. 7, n. 2, dez. 2015. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=941>. Acesso em: 30 Dez. 2015.
